



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13510.000009/95-10

Recurso nº. : 012.886

Matéria : IRPF - EX.: 1994

Embargante : ANTÔNIO AGOSTINHO SANTANA E SILVA

Embargada : SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sessão de : 22 DE AGOSTO DE 2001

Acórdão nº. : 102-44.990

IRPF – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OFICIAL – EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ANULAÇÃO DE ACÓRDÃO – Comprovado com documentação hábil devidamente atestada em diligências realizadas pela Administração Tributária, é de se acolher sua dedutibilidade para fins de cálculo do Imposto de Renda devido na Declaração de Ajuste Anual. Acolhido os embargos declaratórios deve ser anulado o Acórdão que deixou de observar a documentação constante nos autos do processo administrativo fiscal, a fim de restabelecer a dedução a título de Contribuição Social pleiteada.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração interposto por ANTÔNIO AGOSTINHO SANTANA E SILVA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACATAR os embargos declaratórios para ANULAR o Acórdão nº 102-43.643, de 17/03/99, e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE

AMAUZY MACIEL
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 SET 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros VALMIR SANDRI, NAURY FRAGOSO TANAKA, LEONARDO MUSSI DA SILVA, LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES e MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO. Ausente, justificadamente, a Conselheira MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13510.000009/95-10
Acórdão nº. : 102-44.990
Recurso nº. : 012.886
Embargante : ANTÔNIO AGOSTINHO SANTANA E SILVA

R E L A T Ó R I O

Pautando pelo princípio da objetividade estrita passo a relatar a matéria que efetivamente encontra-se pendente nestes autos.

Preliminarmente, acolho os embargos declaratórios interpostos pelo Recorrente às fls. 76, por ser procedente conforme a seguir será demonstrado.

Conforme Notificação de fls. 02 e FAR de fls.16, foi glosada a quantia equivalente a 1.163,13 UFIR a título de Contribuição da Previdência Oficial.

Contestando a notificação de lançamento o Recorrente, conforme atesta o Doc. de fls. 01 esclarece que a Contribuição da Previdência Oficial deduzida em sua Declaração de Ajuste Anual no montante de 1.936,49, refere-se, também, a contribuições individuais ao INSS, juntando os documentos comprobatórios de fls. 10 a 14.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador, em Decisão de nº 170, de 12 de fevereiro de 1997, acolheu o pleito do Recorrente restabelecendo o valor de 1.122,85 UFIR como Contribuição da Previdência Oficial, oriundo dos recolhimentos a seguir discriminados:

Doc. de fls. 24	481,43
Doc. de fls. 10	123,46
Doc. de fls. 11	144,30
Doc. de fls. 12	119,01



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 13510.000009/95-10

Acórdão nº.: 102-44.990

Doc. de fls. 13	118,03
Doc. de fls. 14	136,62
Total	1.122,85.

Ficou mantida, portanto, a glosa Contribuição da Previdência Oficial equivalente a 813,64 UFIR.

Inconformado o contribuinte interpôs Recurso junto à este Conselho (fls. 35), esclarecendo que por lapso deixou de apresentar na fase impugnatória parte dos documentos comprovando os recolhimentos efetuados a título de Contribuição da Previdência Oficial, juntando a documentação comprobatória de fls. 36 a 47.

Acolhendo o relatório e voto da Ilustre Conselheira CLAUDIA BRITO LEAL IVO, esta Câmara, por unanimidade de votos, resolveu converter o julgamento em diligência a fim de que a autoridade de primeira instância tomasse conhecimento da documentação em recurso apresentada e se manifestasse quanto a autenticidade das cópias apresentadas tudo em respeito ao duplo grau de jurisdição e a ampla defesa do contribuinte, assegurada constitucionalmente, bem como, o princípio da verdade material do processo administrativo.

A Auditora Fiscal MARLEY QUEIROZ DE ANDRADE, do Serviço de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal em Salvador, conforme relatório de fls. 62, atestou que os documentos de fls. 36/47 acostados à estes autos retratam fielmente o conteúdo dos carnês apresentados pelo Recorrente, elaborando quadro demonstrativo de fls. 61, onde fica constatado que foi recolhido a título de Contribuição da Previdência Social (contribuição individual) a montante equivalente a 1.445,01 UFIR.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 13510.000009/95-10

Acórdão nº.: 102-44.990

Com a devida máxima data vénia, a Digna e Ilustre Relatora, Conselheira CLAUDIA BRITO LEAL IVO, ao proferir o seu voto elaborou em pequeno equívoco, vez que, ao montante equivalente a 1.445,01 UFIR de Contribuição da Previdência Social recolhida pelo Recorrente e atestado pela fiscalização (no qual está incluída a parcela de 641,42 UFIR – doc. de fls. 10/14), dever-se-ia somar a parcela de 481,43 UFIR constante do Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte fornecido pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – doc. de fls. 24 – perfazendo, portanto, o total de 1.926,44 UFIR, restando como incomprovado a quantia equivalente a 10,05 UFIR, conforme demonstrativo a seguir:

1.- Valores aceitos na fase impugnatória:

Doc. de fls. 24	481,43
Doc. de fls. 10	123,46
Doc. de fls. 11	144,30
Doc. de fls. 12	119,01
Doc. de fls. 13	118,03
Doc. de fls. 14	136,62
Sub-Total	1.122,85

2.- Valores acrescidos na fase recursal:

Doc. de fls. 36	77,39
Doc. de fls. 37	144,19
Doc. de fls. 38	113,79
Doc. de fls. 40	123,46
Doc. de fls. 42	110,71



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13510.000009/95-10

Acórdão nº. : 102-44.990

Doc. de fls. 43	107,53
Doc. de fls. 46	126,52
Sub-Total	803,59
Total	1.926,44
3.- Valor não comprovado	10,05.

Considerando que o Recorrente não logrou comprovar integralmente o montante da Contribuição da Previdência Social, restando, como demonstrado, a quantia de 10,05 UFIR sem comprovação, é de se inferir que mantida esta glosa teremos o crédito tributário a ser imputado ao Recorrente no montante equivalente a 2,51 UFIR ao qual deverá ser acrescido a multa de ofício e juros moratórios na forma da lei, conforme a seguir descrito:

a) Rendimentos Tributáveis	89.178,49
b) (-) Deduções	22.380,56
c) Base de Cálculo	66.797,93
d) Imposto devido	12.559,48
e) (-) Imposto de Renda na Fonte	12.338,73
f) (-) Imposto apurado na Declaração	168,24
g) Crédito Tributário mantido	2,51.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

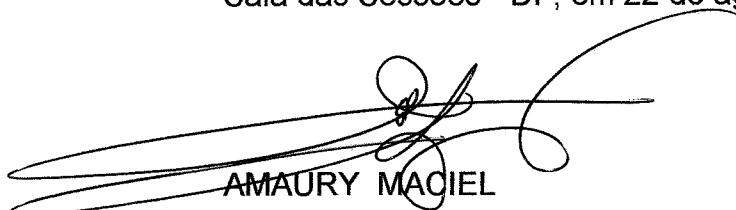
Processo nº.: 13510.000009/95-10
Acórdão nº.: 102-44.990

V O T O

Conselheiro AMAURY MACIEL, Relator

EX POSITIS" e ante o tudo relatado, acolho os embargos declaratórios e voto no sentido de, respeitosamente, anular o Acórdão 102.43.643, de 16 de março de 1999, para no mérito DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso restabelecendo a dedução equivalente a 1.926,44 UFIR, a título de Contribuição da Previdência Social, mantendo a glosa no montante de 10,05 UFIR.

Sala das Sessões - DF, em 22 de agosto de 2001.



AMAURY MACIEL